

Reconstrução histórica do grupo escolar de Ribeirão Claro no período de predominância da pedagogia nova no Brasil (1932-1969)

Maria Antonia de LIMA¹
Vanessa Campos Mariano RUCKSTADTER²

Resumo

Este artigo apresenta o resultado final de uma pesquisa sobre o Grupo Escolar de Ribeirão Claro, fundado em 1925 na mesorregião Norte Pioneiro Paranaense. O trabalho objetivou reconstruir parte da história dessa instituição por meio da análise dos documentos presentes no arquivo escolar. A reconstrução histórica realizada foi fundamentada pelo método do materialismo histórico-dialético, o que significa que o olhar para a instituição se articula à análise do contexto dos anos de 1932 e 1969, recorte da pesquisa. O período foi de predomínio da pedagogia nova no Brasil, o que possibilitou chegar a algumas conclusões: o Grupo Escolar foi, no período, uma instituição formadora do grupo dominante e com rígidos padrões de disciplina. As causas do surgimento dos grupos escolares no Norte Pioneiro Paranaense podem ser assim resumidas: a interiorização da educação escolar pública decorrente dos ideais escolanovistas, do desejo do governo de modernizar a educação e dos novos núcleos populacionais gerados pela produção cafeeira e construção de ferrovias.

Palavras-chave: Escola Nova. Grupo Escolar. História da Educação. Instituições Escolares.

1 Graduada em Pedagogia (UENP). Mestranda em Educação (UFSCar). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8229-0691>. E-mail: delimaantoniamaria@gmail.com

2 Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Estadual do Norte do Paraná, *campus* Jacarezinho. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6072-3700>. E-mail: vanessaruckstadter@uenp.edu.br

Historical reconstruction of the *grupo escolar de Ribeirão Claro* in the new pedagogy period in Brazil (1932-1969)

Maria Antonia de LIMA
Vanessa Campos Mariano RUCKSTADTER

Abstract

This paper presents the final results of a study about the *Grupo Escolar Ribeirão Claro*, founded in 1925, in the mesoregion called Pioneer North in the state of Paraná, Brazil. The study aimed at reconstructing part of the institution's history by analyzing the documents filed at the school. The historical reconstruction was based on the historical-dialectical materialism method, which means that the institution was approached in articulation with an analysis of the historical context between 1932 and 1969. In this moment, the new pedagogy was predominant, which led us to the conclusion that the school at that time educated mainly the ruling group and presented strict discipline standards. The causes of the appearance of those schools in the Paraná Pioneer North are, namely, the interiorization of public education following the ideals of the 'new school' movement; the popular pressure; and the government's desire to modernize education. Other facts contributing to the foundation of such schools were the creation of new housing projects generated by the need of workforce for coffee production and the construction of new railways.

Keywords: New School Movement. Primary School. Education History. Education Institutions.

Reconstrucción histórica del grupo escolar Ribeirão Claro en el período de predominio de la pedagogía nueva en Brasil (1932-1969)

*Maria Antonia de LIMA
Vanessa Campos Mariano RUCKSTADTER*

Resumen

Este artículo presenta el resultado final de una investigación desarrollada acerca del Grupo Escolar de Ribeirão Claro, fundado en 1925 en la mesorregión denominada Norte Pioneiro Paranaense. El trabajo tuvo como objetivo reconstruir parte de la historia de esta institución a través del análisis de los documentos presentes en el archivo escolar. La reconstrucción histórica realizada se basó en el método del materialismo histórico-dialéctico, lo que significa que la mirada hacia la institución se articula con el análisis del contexto entre los años 1932 y 1969, como recorte de la investigación. El período fué del predominio de la Pedagogía Nueva en Brasil, lo que permitió llegar a algunas conclusiones: el Grupo Escolar fue, en el período, una institución que formó a lo grupo dominante, y con estrictos estándares de disciplina. Las causas del surgimiento de los grupos escolares en el Norte Pionero de Paraná se puede resumir así: la interiorización de la educación escolar pública producto de los ideales de la Escuela Nueva, de la presión popular, del deseo del gobierno de modernizar la educación. y de los nuevos núcleos de población generados por la producción cafetera y la construcción de nuevos ferrocarriles.

Palabras clave: Escuela Nueva. Grupo escolar. Historia de la Educación. Instituciones escolares.

Introdução

Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa desenvolvida no campo da História da Educação, na temática da História das Instituições Escolares entre os anos de 2017 e 2020. A pesquisa resultou em um catálogo de fontes do acervo do arquivo permanente da Escola Municipal Correia Defreitas – Educação Infantil e Ensino Fundamental (EIEF), do município de Ribeirão Claro - Paraná – principais fontes do trabalho aqui relatado.

A pesquisa teve como objetivo central reconstruir parte da história da escola nos anos de 1932 a 1969. No período de recorte a escola era o Grupo Escolar de Ribeirão Claro, município da mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense que hoje possui pouco mais de 10 mil habitantes. (IBGE, 2018). Foi o segundo grupo escolar criado na região, no ano de 1925. Como objetivos secundários buscou-se: contextualizar as pesquisas em História das Instituições Escolares; analisar a história educacional brasileira do período delimitado; evidenciar as relações contraditórias entre escola e sociedade; e salientar os ideais pedagógicos, conteúdos e metodologias de ensino predominantes no período recortado, bem como as especificidades por meio da análise das sabatinas e dos boletins disponíveis no arquivo da instituição.

O estudo do tema se justifica, principalmente, pelo fato de que o conhecimento da história da escola pode colaborar para o aumento da responsabilidade de alunos, professores, diretores e de todos aqueles que fazem parte da instituição. (NOSELLA; BUFFA, 2013). O estudo de uma instituição escolar também torna possível o conhecimento dos aspectos sociais, econômicos e políticos da sociedade em que a escola está situada, explicitando a influência que a sociedade exerce sobre a escola, e vice-versa. (GATTI JÚNIOR; GATTI, 2015). Além disso, no que se refere à história e historiografia da região na qual a escola se insere, os estudos ainda são incipientes, porém promissores. A pesquisa aqui apresentada se articulou com um coletivo de pesquisadores nacionais em um Grupo de Trabalho e um Programa de Pesquisa amplo de levantamento e catalogação de fontes para o estudo da história da educação brasileira.

A pesquisa foi de caráter bibliográfico-documental e realizada a partir do referencial teórico-metodológico do método materialista histórico-dialético. Isso significou nessa pesquisa evidenciar as relações entre o micro e o macro, além de atender às expectativas de superação do anacronismo, uma vez que intentou construir uma história considerando suas múltiplas determinações. O termo “dialética”, usado com diferentes significados no decorrer da história da humanidade, assume aqui a característica de “condição recíproca de existência”. (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 82). Isto é, o método dialético busca evidenciar a relação íntima entre o singular (neste caso, a instituição escolar em questão) e o geral (a sociedade), revelando interesses opostos advindos das diferentes classes

sociais existentes e que influem sobre as instituições escolares. No que se refere à análise das fontes, considerou-se a partir do referencial teórico que todo documento deve ser analisado a partir do seu contexto de produção, do grupo social que o produziu e considerando que ele não é neutro. Os documentos históricos não se constituem no fenômeno histórico em si, mas sim, em ponto de partida para a construção do conhecimento historiográfico. Além disso, apenas adquirem o estatuto de fontes diante do trabalho do pesquisador e das perguntas feitas a eles. (SAVIANI, 2006).

Em vista disso, o trabalho de pesquisa buscou contribuir para a produção de material histórico educacional atualmente escasso do Norte Pioneiro do Paraná e possibilitar o conhecimento de parte da cultura e da história da instituição à comunidade escolar, bem como sensibilizar para a necessidade da preservação dos documentos presentes nos arquivos escolares.

Pesquisas em História das Instituições Escolares: contextualização, características e procedimentos

As pesquisas historiográficas sobre instituições escolares começam a ser identificadas, esporadicamente, a partir de 1950. Entretanto, surgem, de forma contundente, após 1990. Os estudos historiográficos sobre a educação brasileira podem ser divididos em três períodos segundo Nosella e Buffa (2013):

1) 1950-1959: neste momento, os Programas de Pós-Graduação ainda não haviam sido criados e, as pesquisas, em sua maior parte, tratavam sobre a relação entre educação e sociedade, concentrando-se em fatores como a realidade educacional brasileira e a democratização da escola. Todavia, alguns estudos pertinentes à história de instituições escolares foram, de igual modo, desenvolvidos.

2) 1960-1989: a criação dos Programas de Pós-Graduação em Educação e a reação ao governo militar marcaram este período. Por estes motivos, a pesquisa foi escolarizada e o pensamento crítico foi desenvolvido. No entanto, em detrimento da escola, a sociedade foi priorizada como objeto de estudo – pesquisas sobre instituições escolares eram apenas subterfúgios para tratar da história geral. São exemplos de temas privilegiados neste momento: base material da sociedade, sociedade de classes e organização da escola.

3) A partir de 1990: a Pós-Graduação é consolidada e são priorizados temas como “[...] cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas

educativas, questões de gênero, infância e, obviamente, [...] instituições escolares”. (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 19).

Os pesquisadores supracitados também destacam que, até o ano de 2008, a maioria dos estudos sobre instituições escolares no Brasil estavam sendo realizados por integrantes de Grupos de Pesquisa – pertinentes a esta temática – de Programas de Pós-Graduação em Educação. Neste sentido, não se pode deixar de destacar a importância de tais Programas no desenvolvimento das pesquisas sobre instituições escolares, pois “[...] é a partir deste lugar, a pós-graduação em Educação, que a maior parte dos investimentos teve lugar na investigação sobre a História das Instituições Escolares”. (GATTI JÚNIOR; GATTI, 2015, p. 328). Livros e artigos sobre aspectos teóricos e metodológicos sobre o tema também foram publicados. (NOSELLA; BUFFA, 2013).

Os trabalhos sobre reconstrução histórica das instituições escolares vêm aumentando progressivamente. Entre os anos de 1987 e 2012 foram produzidas um total de 18 teses e 90 dissertações sobre a temática. (NASCIMENTO; SCHRAM, 2015). Sanfelice (2012) também apontou para o crescimento da temática, sobretudo a partir da década de 1980.

Em relação às pesquisas específicas sobre os grupos escolares, Souza-Chaloba (2019) afirma que elas começaram a surgir a partir de 1995 e constituíram-se, desde então, em um tema de estudo privilegiado. A referida autora evidencia tal afirmação realizando um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, onde, pela busca dos descritores “grupo escolar” e “grupos escolares”, no período de 1996 a 2018, encontrou um total de 155 trabalhos relacionados ao tema, sendo 27 teses e 128 dissertações. Souza-Chaloba (2019) ainda ressalta que este número tem a possibilidade de ser muito maior, uma vez que provavelmente existem trabalhos sem os descritores específicos acima mencionados em seus títulos e palavras-chave. Para ela, alguns fatores proporcionaram o progresso desses trabalhos, como a novidade trazida por esse tipo de escola primária e a sua consequente propagação pelo Brasil, assim como a descoberta pelos historiadores dos arquivos escolares como fontes de pesquisa.

No entanto, apesar de tais constatações, essa evolução das pesquisas históricas sobre instituições escolares no Brasil não ocorre uniformemente em todo o país. Um exemplo é a mesorregião Norte Pioneira Paranaense – local em que se situa o Grupo Escolar de Ribeirão Claro, objeto de estudo deste trabalho. Uma possível explicação para essa ausência de estudos historiográficos sobre instituições escolares na região pode ser a falta de Programas de Pós-Graduação sobre a área nessa localidade. (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2015). Apenas recentemente, em 2019, um Programa de Pós-Graduação em Educação³ iniciou suas atividades, o que já resultou

3 Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEd) - Mestrado Profissional em Educação Básica – UENP. Educação em Foco, ano 25, n. 45 – janeiro/abril. 2022 | e-ISSN-2317-0093 | Belo Horizonte (MG)

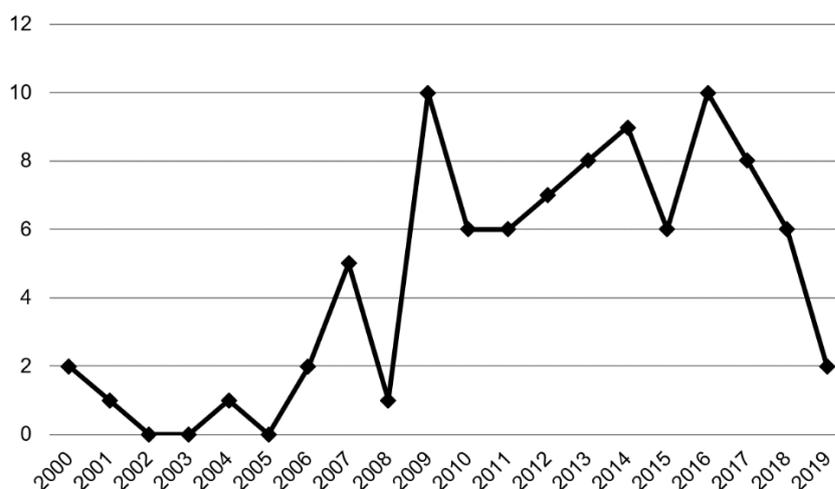
em alguns trabalhos sistematizados sobre as instituições escolares, sua história e seus acervos documentais.

Como primeiro passo do presente estudo, tentando encontrar aporte teórico e prático para suas atividades, foram realizadas pesquisas em plataformas digitais de arquivos acadêmicos e em revistas de história da educação brasileira. A fim de evidenciar o estado do conhecimento atual das pesquisas sobre história das instituições escolares no Brasil, especificamente no estado do Paraná, realizou-se um levantamento das teses e dissertações existentes nos bancos das universidades do referido estado que possuem Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação recomendado pela CAPES. São elas: Centro Universitário Internacional (UNINTER), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2020).

Tal levantamento, realizado por meio da leitura dos títulos - e resumos dos trabalhos, quando necessário – revelou que, de um total de 4119 documentos produzidos na área da Educação no estado no Paraná entre 1977 e 2019, apenas 90 deles abordavam a temática História das Instituições Escolares, constituindo 2,18% da produção acadêmica do estado.

Apesar da quantidade relativamente pequena de trabalhos produzidos sobre a temática no Paraná, pode-se verificar que tais pesquisas, a partir de 2010, obtiveram um crescimento relevante, demonstrando a atenção que o tema obteve a partir de 2020, como ilustrado no Gráfico 1. No entanto, um decréscimo a partir de 2016 também pode ser observado.

Gráfico 1 – Número de teses e dissertações produzidas por ano em universidades paranaenses sobre história das instituições escolares



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da Plataforma Sucupira (2020).

Justificadas e contextualizadas as pesquisas pertinentes à temática, é necessário compreender seus conceitos particulares. O termo “reconstrução” utilizado traz implícita a orientação teórico-metodológica abordada no presente trabalho. Baseado nas considerações de Karl Marx (1818-1883) acerca do percurso a ser trilhado pelo ser humano no processo de elaboração do conhecimento, Saviani (2007) apresenta três passos a serem seguidos, resultando em uma reconstrução do objeto estudado:

1) Síncrise: Neste ponto, o objeto a ser estudado é observado inicialmente como ele se apresenta, sem revelar uma concepção clara de sua constituição.

2) Análise: Aqui, o objeto será analisado abstratamente por meio de instrumentos conceituais adequados, fornecendo um novo entendimento do objeto.

3) Síntese: A síntese é o resultado da análise – um novo objeto – o qual foi reconstruído no plano do conhecimento, ou seja, relacionado com os aspectos reais do contexto de sua constituição.

Desse modo, reconstruir a história de um objeto – nesse caso, uma instituição escolar – significa reproduzir as condições efetivas em que se deu a construção histórica dessa escola, no plano do conhecimento, correlacionando-a com as circunstâncias sociais, culturais, políticas e econômicas do contexto histórico da sociedade vigente no período e, ao mesmo tempo, investigando sobre seus atores educacionais, visando descobrir para quem tal instituição destinava-se e quais resultados almejava. Tais procedimentos revelarão tanto o perfil da instituição como sua relevância para a sociedade. (SAVIANI, 2007). Foi a partir dessa consideração que foi construída a pergunta da pesquisa: No período delimitado (1932-1969), a quem se destinava frequentar o Grupo Escolar de Ribeirão Claro? Qual era seu papel na sociedade?

Muitas são as fontes às quais um pesquisador recorre ao investigar determinado objeto: obras bibliográficas, artigos de revistas, produções acadêmicas, documentos oficiais presentes em arquivos, relatos, fotografias, entre outros. Neste artigo, no entanto, será dada prioridade à discussão sobre as fontes documentais⁴ – devido à utilização delas no decorrer deste estudo e em razão das inúmeras possibilidades de pesquisa e temáticas.

As fontes documentais: seleção, preservação e políticas públicas

Os documentos históricos⁵ presentes nas escolas – que formam os acervos dos arquivos escolares⁶ – podem se constituir em fontes para as pesquisas sobre as instituições escolares diante das indagações do historiador da educação, que buscará, nas informações contidas nestas fontes, as respostas para seus questionamentos. Apesar da importância histórico-cultural de tais documentos, os pesquisadores, correntemente, deparam-se com algumas dificuldades comuns em praticamente todas as instituições escolares: a despreocupação com esses arquivos por parte dos gestores e administradores educacionais e a sua conseqüente obstrução de acesso, fatores que acabam impedindo o bom desenvolvimento das pesquisas. Isto é, quando não se defrontam com a triste escassez de fontes históricas.

Como assegurado por Vidal (2007), a administração escolar, tanto em nível micro como macro, dependem maiores cuidados somente em relação aos documentos imediatos produzidos no ambiente escolar – presentes no arquivo corrente⁷ – menosprezando, assim, os documentos mais antigos – situados no arquivo intermediário⁸ e no arquivo permanente⁹. Não é sem motivo que Mogarro (2005) assevera que é comum encontrar os arquivos escolares permanentes confinados em lugares inóspitos, como porões ou outros lugares escondidos e abandonados, onde são destinados a continuarem ali sem data marcada para receberem o cuidado e organização necessários. Visto isso, desde a primeira

4 Aqui entendidas como documentos históricos presentes em arquivos escolares, bem como fontes de outros suportes que possam vir a ser construídas pelo historiador. (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2011, p. 111).

5 “Unidade[s] de registro[s] de informações, qualquer que seja o suporte [material] ou formato.”. (BRASIL, 2005, p. 73).

6 “Conjunto[s] de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.”. (BRASIL, 2005, p. 27).

7 “Conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração.”. (BRASIL, 2005, p. 29).

8 “Conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente, que aguarda destinação.”. (BRASIL, 2005, p. 30).

9 “Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor. [...] Também chamado de arquivo histórico.”. (BRASIL, 2005, p. 32). E erroneamente chamado de arquivo morto por algumas escolas. (BONATO, 2005).

década deste século, Saviani (2006), por exemplo, já aspirava e defendia a necessidade por políticas públicas de preservação para estes documentos.

Todavia, como apontado por Vidal (2007), a finalidade fundamental das instituições escolares é a aprendizagem e, ao falar de preservação de arquivos, não se intenta sobrecarregar a escola com a guarda de excessivos documentos. Porém, dentre os conteúdos desta aprendizagem proposta pela instituição escolar, está também a formação para a cidadania, que pode e deve ser revelada no cuidado com a preservação da memória e do patrimônio escolar.

Portanto, sendo este um trabalho sobre a história de uma instituição escolar, e constituindo-se os documentos supracitados em fontes para pesquisas sobre instituições escolares, torna-se imprescindível arrazoar sobre sua manutenção, pois tal tarefa “[...] permite a salvaguarda de vestígios da ação histórica dos sujeitos na ativação das práticas escolares e propicia o entendimento das culturas escolares pretéritas, o que favorece a atividade dos historiadores da educação”. (VIDAL, 2007, p. 69). Tais documentos possibilitam evidenciar as relações entre o micro e o macro, bem como explicitam “[...] como se traduziram em fazeres escolares as disposições legais e como foram diversamente apropriadas no universo escolar pelos sujeitos”. (VIDAL, 2007, p. 68).

Diante da relevância e necessidade da preservação e do acesso a esses documentos, faz-se necessário ponderar sobre as políticas públicas voltadas a esses aspectos. Na Constituição da República Federativa do Brasil, vigorada em 1988, encontramos, em seu Artigo 23, incisos III, IV e V, a afirmação de que é de responsabilidade dos órgãos públicos zelar pela preservação dos arquivos históricos, impedir sua destruição e promover seu acesso, visando ao desenvolvimento da pesquisa, conforme se pode observar, na forma da lei:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...] III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela EC n. 85/2015). (BRASIL, 2019, p. 35-36).

Em relação aos meios de acesso à pesquisa, fica evidente pelo texto constitucional acima mencionado que se trata de um assunto atual, uma vez que o inciso V foi adicionado em 2015, pela Emenda Constitucional Nº 85, e

No tocante ao acesso público, foi somente com a Revolução Francesa (1789), marco da contemporaneidade, que a ideia de pleno acesso de todos aos documentos institucionais foi defendido. Até aquele momento, as informações eram guardadas em segredo, como símbolo de poder. (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2011, p. 109).

O advento do princípio de igualdade civil originado após a Revolução Francesa e o ideal de que a liberdade de expressão passa espontaneamente pela educação e pelo direito à informação, fez cair

por terra o domínio dos governantes sobre o conhecimento dos documentos públicos. Visto isso, fica explícito que cabe à população em geral, à comunidade escolar, juntamente com os historiadores/historiadores da educação, cobrarem dos órgãos públicos as ações que lhes são cabidas quando à preservação e disponibilização dos arquivos escolares.

No caso específico do arquivo permanente da Escola Municipal Correia Defreitas, foram encontrados um total de 179 documentos, datados entre os anos de 1939 a 1994. Eles estavam arquivados somente em duas pastas, com pouco cuidado quanto à preservação e com sinais de ação do tempo, como manchas e cor amarelada – o que, todavia, não impediu sua leitura.

Deve-se atentar para o fato de que a permissão de livre acesso às fontes da instituição deve ser fator decisivo na escolha da escola a ser estudada, haja vista que, sem a sua investigação, reconstruir parte da história dessa instituição torna-se inviável, pois o meio para se atingir esta finalidade – conforme orientação teórico-metodológica adotada – consiste em articular os aspectos da cultura escolar (conteúdo encontrado nas fontes) com os interesses sociais correntes da época. Além das fontes documentais há a possibilidade também de constituir fontes, via depoimentos e fotografias de acervos pessoais, por exemplo. O pesquisador deve, previamente, entrar em contato com a direção da escola e, posteriormente, manter uma relação amigável com os membros dela. Da mesma forma, deve atentar para o levantamento de bibliografia pertinente à temática, de documentos do arquivo da escola, de jornais da época, de documentos legislativos, de arquivos pessoais e de museus e, ainda, para a elaboração de novas fontes por meio de entrevistas com ex-membros da comunidade escolar e com indivíduos que conheçam a história do município. Sem dúvida, conforme a finalidade específica da pesquisa, um ou outro tipo de fonte será privilegiado. (NOSELLA; BUFFA, 2013).

Um exemplo desta situação ocorreu no início da pesquisa. Com o intuito de realizar o levantamento e catalogação das fontes presentes na escola, buscou-se construir uma relação amistosa com a gestão da escola. Inicialmente, a professora-orientadora entrou em contato pessoalmente com a direção, explicitando o projeto e apresentando a aluna-pesquisadora, que possuía inclusive uma relação afetiva com a instituição, pois havia sido estudante da escola e sua mãe também trabalhou na escola como agente. Em seguida, foram realizadas visitas periódicas à instituição e o projeto foi novamente apresentado, agora com mais detalhes. Uma carta de apresentação da aluna-pesquisadora assinada pela professora-orientadora também foi entregue, juntamente com o termo de consentimento para a realização da pesquisa, e que foi devidamente assinado pela diretora da instituição. Dessa forma, transmitindo um sentimento de reconhecimento e segurança por meio de contatos frequentes

e gentis, não foram demonstrados obstáculos à pesquisa. Pelo contrário, as fontes disponíveis no arquivo da escola foram totalmente disponibilizadas para o estudo.

Apontamentos históricos e educacionais do Brasil, do Paraná, do Norte Pioneiro Paranaense e de Ribeirão Claro: a pedagogia nova e os grupos escolares

No Brasil o tempo histórico-educacional entre 1932 e 1969 pode ser subdividido em três períodos. (SAVIANI, 2013). O primeiro compreende os anos de 1932 a 1947, com o equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova. A época foi marcada pelo Estado Getulista, no qual, ao mesmo tempo em que se buscava um governo centralizado, medidas a favor da classe trabalhadora eram tomadas, tentando conquistar seu apoio. (FAUSTO, 2001).

A pedagogia nova enfrentou um conflito com a pedagogia tradicional. Um fato marcante político e educacional do período foi a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Publicado no dia 12 de março de 1932, buscava evidenciar os fundamentos e diretrizes da reconstrução educacional no Brasil – objetivo último do documento. Posicionados explicitamente contra a estrutura tradicional de ensino, lutavam por uma educação pública, única (a divisão entre estudos intelectuais e manuais só seria realizada a partir dos 15 anos, após uma educação de cultura geral desde os 4 anos), laica, gratuita, obrigatória, autônoma, descentralizada e destinada a ambos os sexos. (SAVIANI, 2013). O Manifesto tratou a educação como um problema social, caracterizando um grande avanço para o momento. (ROMANELLI, 1986).

A partir de 1947 até 1961 – o segundo período – agora com um cenário pseudodemocrático, proporcionado pela República Populista Democrática, pode-se observar um predomínio da pedagogia nova. Em 1960, deu-se a publicação do Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 190 intelectuais. Entre outras coisas, este Manifesto assinalava que as propostas do Manifesto de 1932 não poderiam mais ser adiadas; com base na Constituição, defendia a escola pública para todos como dever do Estado; além disso, afirmava que os recursos públicos deveriam ser aplicados somente no ensino público. Neste ínterim, a pedagogia nova predominou. Até mesmo uma renovação da pedagogia católica pode ser observada. Temendo perder sua clientela – o grupo dominante¹⁰ - que agora buscava instituições com métodos novos – foi forçada a aderir à pedagogia renovadora, sem, contudo, descartar seus princípios religiosos.

10 Neste texto, utiliza-se o termo “grupos dominantes” para se referir àqueles que constituem a minoria de uma sociedade com mais prestígio e poder que o restante da população em diferentes áreas, o que acaba por lhes proporcionar influência sobre os outros (GRAMSCI, 2002). Parte da literatura marxista utiliza ainda o termo elite ou classe dominante, o que não foi tema da investigação aqui apresentada. Sobre este debate e diferentes usos para designar a camada detentora de poder em todas as áreas da sociedade, ver mais em: Bottomore (2013) e Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

(SAVIANI, 2013). O pré-projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) foi amplamente discutido, arquivado e transformado em lei apenas em 1961, por meio das incessáveis lutas dos progressistas. (ROMANELLI, 1986).

O terceiro período, contemplando os anos de 1961 a 1969, presenciou o Governo de João Goulart (1961-1964) e o início do Regime Militar (1964-1985) no Brasil, originado por uma junção entre as classes dominantes e as Forças Armadas, que resultou no golpe civil-militar realizado em 1964 na tentativa de cessar as reformas populistas que João Goulart desejava implantar. (FAUSTO, 2001).

Com esse cenário, a pedagogia nova decaiu e abre espaço à pedagogia tecnicista. Esse período presenciou o auge e a queda da pedagogia nova. O desenvolvimento nacional e o populismo mobilizaram as massas e, assim, surgiu uma nova concepção de educação popular no início da década de 1960: educação como instrumento de conscientização e politização do povo - uma educação do povo e para o povo. No entanto, alguns fatores contribuíram para a crise da pedagogia nova, como a Guerra Fria e os avanços tecnológicos. Ao mesmo tempo em que a mobilização popular aumentava, a classe empresarial também se mobilizava. Eventos como simpósios e fóruns foram realizados, os quais apregoavam a nova política educacional: um ensino tecnicista, que compensasse o investimento destinado à educação e aumentasse o desenvolvimento educacional do país. (SAVIANI, 2013).

A pedagogia da Escola Nova atuou no Brasil como um instrumento de formação para a nova sociedade industrial que se implantava com o objetivo de alterar os traços deixados no povo pela escravidão. A educação começou a ser vista como meio de formação de um “cidadão trabalhador, disciplinado e higiênico”. (MIGUEL; VIEIRA, 2005, p. 3).

Houve disputa entre escolanovistas e católicos em relação à orientação do sistema público de ensino no Brasil. No Paraná “[...] guardadas as especificidades locais, esse confronto recrudesciu”. (MIGUEL; VIEIRA, 2005, p. 3). Surgiu, no interior da Escola Normal de Curitiba, a “iniciativa de promover o debate das ideias e das práticas escolares que se projetavam no Brasil, a partir de experiências norte-americanas e europeias” – movimento realizado por estudantes sob a direção de Erasmo Pilotto (1910-1992). (VIEIRA, 2001, p. 60).

Miguel e Vieira (2005) explicitam que o escolanovismo no Paraná pode ser organizado em três períodos:

1 - Início (1920-1938): Alguns aspectos contribuíram para o início da Escola Nova no Paraná, como a indústria de erva-mate; a ligação entre grupos dominantes paranaenses e paulistas; a pressão popular para a implantação de escolas; e o desejo do governo de modernizar a educação conforme os

ideais da racionalização administrativa, em virtude da industrialização. Assim sendo, diversas medidas foram tomadas por Prieto Martinez – professor e Inspetor Geral da Instrução Pública: reforma do ensino primário; separação da Escola Normal do Ginásio; reorganização das escolas primárias em regiões com maior população; adoção de uniformes e de livros didáticos; entre outras. Destaca-se a Reforma da Escola Normal, a qual aderiu à pedagogia de Herbart.

2 - Consolidação (1938-1946): Ainda conforme Miguel e Vieira (2005), em plena ditadura do Estado Novo e diante do nacional-desenvolvimentismo, ocorre a consolidação do escolanovismo no Paraná. Com o desenvolvimento da indústria nacional e da ascensão do capitalismo, surge a necessidade do trabalho assalariado e da educação. Diante disso, o professor Erasmo Pilotto – da Escola de Professores de Curitiba – propõe um programa de formação de professores, baseado nos princípios de Pestalozzi, Decroly e Montessori, no qual o aluno é tratado como o centro do processo de ensino-aprendizagem, por meio do ensino ativo e da pesquisa como orientadora das práticas educacionais.

3 - Expansão (1946-1960): A expansão do escolanovismo no Paraná deu-se pela atuação dos professores primários formados em Cursos Normais inspirados na pedagogia da Escola Nova. Com base em elementos do projeto desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a expansão e melhoria da escola primária na América Latina, a política educacional do Paraná buscou expandir, sistematizar e renovar o sistema de ensino. Assim sendo, associou-se a princípios pedagógicos de europeus, como Dewey, buscando atender, ao mesmo tempo, à população que enxergava na educação a chance de conseguir melhores oportunidades e às preocupações do governo, que aspirava a organização e ordem da sociedade. “Os princípios norteadores da Escola Nova, no Paraná, se vinculavam com a organização social do trabalho, que fazia parte da organização da sociedade urbana-industrial e era elemento de construção da nacionalidade.”. (MIGUEL; VIEIRA, 2005, p. 7). É importante ressaltar também que a pedagogia escolanovista esteve presente na formação de professores do ensino médio; no ensino superior, a Escolástica com sua pedagogia tradicional prevaleceu. (MIGUEL; VIEIRA, 2005).

Os grupos escolares marcaram o modelo de organização escolar no início da República no Brasil. Com características da escola graduada – modelo presente na Europa e nos Estados Unidos no final do século XIX – seus primeiros aparecimentos no Brasil deram-se no estado de São Paulo, em 1893, com o objetivo de agrupar escolas isoladas. Sendo um tipo de instituição tipicamente urbano, os grupos escolares favoreceram a formação das classes dominantes, uma vez que a questão da educação popular só surgiu a partir de 1920, com a Reforma Paulista. Essa escola era dividida por classes, de acordo com o nível de conhecimento dos alunos; além disso, a racionalização do ensino

era bastante prezada, os conteúdos e os tempos eram distribuídos ordenadamente. (LOMBARDI; SAVIANI; NASCIMENTO, 2006).

Com edifícios deslumbrantes erguidos em ruas centrais e praças, os grupos escolares instituíram a figura do diretor, reuniram diversos professores em um mesmo local e implantaram o sistema de avaliação. Além disso, esse tipo de instituição representava o movimento de institucionalização da instrução primária presente em todo o Ocidente nos séculos XIX e XX e o contexto de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico prevalente no Brasil naquele momento. No entanto, a realidade brasileira era precária. O governo não assumiu sua responsabilidade e, por isso, São Paulo deu início à tarefa de organização e implantação da instrução pública no Brasil. (RUCKSTADTER, 2018).

Por conseguinte, tal modelo educacional se disseminou para todo o Brasil. Contudo, devido a grandes necessidades financeiras para sua implementação, a difusão dos grupos escolares ocorreu paulatinamente e de forma diferente em cada região. Apesar dos grupos escolares representarem a modernização educacional almejada, e coincidirem com o movimento a favor da escola pública e para o povo, na prática, como já dito, eles constituíram-se como instituições formadoras da classe dominante. (RUCKSTADTER, 2018). Todavia, cabe ressaltar que nem todos os grupos escolares do Brasil funcionaram em prédios luxuosos e receberam parte da população abastada da região. Em alguns casos, como nos revelam Boas, Ribeiro e Araujo (2016), o grupo escolar era sediado em residências precárias, sem a devida estrutura requerida, além de receber filhos da classe trabalhadora, com a intenção de adaptar a educação ao crescimento econômico industrial. Nesse sentido, a educação ofertada não era a mesma de grupos escolares mais antigos e tradicionais, e a escolarização foi democratizada com o objetivo de preparar mão de obra para o mercado de trabalho.

O Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva (1903) foi o primeiro a ser construído no estado do Paraná, na capital Curitiba. Seguiram-se, também na capital, a criação do Grupo Escolar Cruz Machado (1906) e do Grupo Escolar Professor Cleto (1908); no interior, surgiam o Grupo Escolar Vicente Machado (1904), em Castro, e o Grupo Escolar Jesuíno Marcondes (1907), em Palmeira. Dessa forma, a expansão destas instituições ocorreu lentamente na primeira década do século XX. (RUCKSTADTER, 2018).

Ainda segundo Ruckstadter (2018), alguns fatores contribuíam para o atraso da difusão dos grupos, como a falta de professores – o que explica o investimento na formação de docentes pela Escola Normal; a ausência de edifícios públicos; a escassez de mobílias; e as moradias distantes das crianças. À vista disso, o sistema escolar do Paraná nesse período era precário se comparado com o

modelo paulista. Por muito tempo os grupos escolares paranaenses constituíam semigrupos. Em 1915, foi aprovado o Código de Ensino do Paraná, que objetivava melhorar a organização do sistema de ensino. Nesse documento, a seriação foi oficialmente implantada, caracterizando-se como um método moderno da pedagogia. Mesmo esse entusiasmo pela modernização educacional não foi capaz de reestruturar o ensino primário do Paraná – não antes de 1920. Muitos eram os desafios para pôr em prática as regulamentações do Código de Ensino. Algumas de suas reivindicações para os grupos escolares eram: rígido controle da frequência dos alunos; salas de aula com condições de capacidade e higiene adequadas; divisão de meninos e meninas nas salas, nos pátios e nos recreios; preenchimento feito pelo diretor de livros de matrícula, de visitas e exames, de relação de móveis e utensílios e de ponto diário dos professores; e preenchimento de livros de frequência e de notas dos alunos realizado pelos professores. (PARANÁ, 1915).

Desse modo, intentando melhores resultados, duas estratégias foram realizadas: 1) expedições, por volta de 1916, de professores para estudarem em São Paulo; 2) nomeação, em 1920, do paulista e especialista César Prieto Martinez como Inspetor Geral de Ensino no Paraná. A partir desse momento, os ideais escolanovistas passaram a influenciar a educação paranaense. César promoveu uma reforma, a qual pregava a racionalização dos meios disponíveis, visando à expansão do atendimento escolar em áreas necessitadas. (RUCKSTADTER, 2018).

A difusão dos grupos escolares no Norte do Paraná ocorreu em meio ao contexto de interiorização da educação escolar pública, por meio da política de racionalização dos recursos disponíveis e do ideário escolanovista. Ela relaciona-se, igualmente, com a produção cafeeira da região e com a construção de novas ferrovias. Esse contexto possibilitou um aumento do surgimento de núcleos populacionais e, por consequência, a criação de escolas primárias. (RUCKSTADTER, 2018).

O Norte Pioneiro Paranaense – ou Norte Velho¹¹ – é uma das dez mesorregiões do Paraná. Contém cinco microrregiões: Jacarezinho, Cornélio Procopio, Ibaiti, Assaí e Wenceslau Braz, que agrupam 46 municípios, somando por volta de 540 mil habitantes. Seu nome, “Pioneiro”, origina-se no que podemos chamar de mito do vazio demográfico, construído por discursos memorialistas da população que ali se fixou. De acordo com esse mito, a ocupação do território teria sido feita com a vinda de “pioneiros” em terras desabitadas. (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2015). Havia vasta presença de índios na região que foram expulsos e tiveram suas terras tomadas. (WACHOWICZ, 2001). A (re)ocupação¹² do Norte Pioneiro do Paraná, ocorrida no fim do século

11 O adjetivo “velho”, devido ao seu sentido pejorativo, foi substituído por “pioneiro” em 1964, por incomodar os grupos dominantes em virtude do surgimento de “novas” regiões colonizadas no Paraná. (RUCKSTADTER, 2018).

12 Admite-se o termo (re)ocupação, conforme Tomazi (1997), pelo fato de a colonização do Paraná ter ocorrido em terras já ocupadas, em sua maioria, por índios.

XIX e início do século XX, aconteceu simultaneamente à expansão da educação básica brasileira, principalmente em relação a implantação dos grupos escolares. (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2015).

No período de 1912 a 1971 foram criados no Norte Pioneiro um total de 82 grupos escolares. O primeiro foi o Grupo Escolar Custódio Raposo (1912), construído em Jacarezinho. Apenas na próxima década, em 1925, foi construído o segundo: o Grupo Escolar de Ribeirão Claro – objeto de estudo deste trabalho. Também nos anos de 1920 foram construídos mais sete grupos escolares, nas cidades de Affonso Camargo (1927), Cambará (1928), Carlópolis (1928), Santo Antônio da Platina (1928), Colônia Mineira (1928), Tomazina (1928) e Brazópolis (1929). Na década de 1930, mais quatro grupos foram construídos e, após 1940 até 1971 – ano em que a Lei nº 5692/71 foi promulgada, extinguindo este modelo escolar – a criação dos grupos escolares cresceu no Norte Pioneiro: foram fundadas 13 escolas na década de 1940; 33 nos anos de 1950; e 18 a partir de 1960. Cinco grupos sem data de implantação também foram identificados: o Grupo Escolar Antenor Moretti e o Grupo Escolar Vila Maria, de Bandeirantes; o Grupo Escolar Noturno Gioconda Ida Negrão, de Andirá; o Grupo Escolar André Seugling, de Cornélio Procópio; e o Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha, de Ibaiti. (RUCKSTADTER, 2018).

Instalação do Grupo Escolar de Ribeirão Claro

Os grupos escolares se difundiram no Norte Pioneiro Paranaense devido à interiorização da educação escolar pública, decorrente dos ideais da Escola Nova. Além disso, a cafeicultura também se apresentou como fator influente no surgimento dos grupos escolares na região norte do Paraná, em virtude da construção de novas ferrovias para exportação do café, o que, conseqüentemente, proporcionou a criação de novos núcleos populacionais e a necessidade de escolas primárias.

Em 1925 foi criado o segundo grupo escolar do Norte Pioneiro Paranaense: o Grupo Escolar de Ribeirão Claro (Fotografia 1). O município, proveniente da junção dos povoados do Espírito Santo do Itararé e do Taquaral, tem suas origens em meados do século XVIII, passando para a categoria de cidade a partir de 1911. (VASCONCELOS, [200-?]).

Fotografia 1 – Fachada do Grupo Escolar de Ribeirão Claro (192-?)



Fonte: Posse e Castro (2020).

Conforme Vasconcelos ([200-?]), foi em março de 1925 que a inauguração do Grupo Escolar de Ribeirão Claro foi realizada. Situado, nas palavras do autor, na “parte alta e silenciosa da cidade” ([200-?], p. 86), iniciou suas atividades com o diretor Osmar Bastos Conceição e com as professoras Branca da Matta Toledo Gutemberg do Nascimento, Julieta da Silva Carrão, Rose Boscardin Pinto, Leonor Rodrigues e Maria da Glória Tavares. Seu projeto arquitetônico foi elaborado pela Seção Técnica da Diretoria de Obras Públicas em 1924 com estrutura padronizada e na tipologia U. (POSSE; CASTRO, 2020). Após sua inauguração, o Grupo Escolar de Ribeirão Claro passou por diversas modificações em suas modalidades de ensino e em sua nomenclatura, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da escola, como se pode observar no Quadro 1. (JACAREZINHO, 2011).

Quadro 1 – Modificações de modalidades de ensino e de nomenclaturas do Grupo escolar de Ribeirão Claro (1925-2006)

ANO	DECRETO/RESOLUÇÃO	MODIFICAÇÕES
1925	-	É criado o Grupo Escolar de Ribeirão Claro.
1932	-	A instituição passa a denominar-se Grupo Escolar Correia Defreitas.
1967	-	É criado o Grupo Escolar Correia Defreitas Noturno.
1972	-	O curso noturno passa a funcionar como Curso de Educação Integrada.
1978	DECRETO Nº 5.705/78	O Grupo Escolar Correia Defreitas e o Curso de Educação Integrada passam a constituir a Escola Correia Defreitas – Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau.
1983	RESOLUÇÃO Nº 746/83	A escola passa a chamar-se Escola Estadual Correia Defreitas – Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo.
1992	RESOLUÇÃO Nº 3.099/92	A instituição passa a ter a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro como mantenedora, denominando-se, a partir deste momento, Escola Municipal Correia Defreitas – Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo.
1997	RESOLUÇÃO Nº 4.420/97	É autorizado o funcionamento do Curso de Educação Infantil na modalidade II e III; por consequência, a escola passa a chamar-se Escola Municipal Correia Defreitas – Ensino de Educação Infantil e de 1º Grau Regular e Supletivo.
1998	RESOLUÇÃO Nº 2.809/98	São cessadas as atividades do Curso de 1º Grau Supletivo; assim sendo, a escola passar a denominar-se Escola Municipal Correia Defreitas – Educação

		Infantil e Ensino Fundamental.
2004	RESOLUÇÃO Nº 3.545/04	É autorizado o funcionamento da Sala de Recursos.
2006	RESOLUÇÃO Nº 957/06	É autorizado o funcionamento da Classe Especial.

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados de Jacarezinho (2011).

Legenda: - Sem informações.

Atualmente a instituição se denomina Escola Municipal Correia Defreitas (Fotografia 2), e atende crianças de 4 a 10 anos, com turmas da Educação Infantil (Infantil IV e V) e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Fotografia 2 – Fachada da Escola Municipal Correia Defreitas – E. I. E. F. (2020)



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2020).

A educação do Grupo Escolar de Ribeirão Claro pelas lentes das fontes históricas

Na pesquisa foram contabilizados e catalogados 179 documentos no arquivo permanente da escola, entre eles: atas, boletins, sabatinas, cartão de empréstimo de livros da biblioteca, caderneta de poupança do Grupo Escolar, poema de uma aluna e documentos de instruções gerais, como decretos do estado, processos, pareceres e relatórios. Eles foram digitalizados e numerados para elaboração de um catálogo de fontes. Desse corpo documental foram localizadas 60 sabatinas – datadas entre 1938 e 1940 – o que representa 58% do arquivo permanente da escola. Dentre elas, 3 estavam incompletas. Ademais, foram encontrados dois boletins do período recortado, que constituem 3,3% dos documentos do arquivo a escola, datados de 1939 e 1940.

As sabatinas e os boletins foram priorizados para a análise por se situarem no recorte de estudo delimitado neste trabalho – 1932 a 1969 – e por serem responsáveis por revelarem os objetivos sociais da escola. A investigação das metodologias e conteúdos é um dos principais meios de relacionar a atuação da escola com a sociedade e alcançar, desse modo, a reconstrução histórica da instituição escolar. (NOSELLA; BUFFA, 2013).

Na análise das sabatinas foram extraídas informações como: data de aplicação, disciplina, conteúdo, professor (a), diretor (a), aluno (a), idade do (a) aluno (a) e ano escolar. No tocante aos boletins, foi possível identificar o nome da instituição, a data, o nome do (a) aluno (a) e o ano escolar em que se encontrava, notas/médias exame, faltas mensais, comportamento, assinatura do pai ou tutor, assinaturas do (a) diretor (a) e do (a) professor (a).

As sabatinas encontradas foram realizadas nos anos de 1938, 1939 e 1940: seis (10%) delas não continham data; cinco (8,3%) datavam de 1938; vinte e oito (46,6%) de 1939; e vinte e uma (35%) de 1940. Foram realizadas nos meses de fevereiro, março, abril, maio, julho, agosto, setembro e outubro, em segundas-feiras (10%), terças-feiras (11,6%), quartas-feiras (23,3%), quintas-feiras (20%), sextas-feiras (10%), sábados (10%), e até mesmo em um domingo (1,6%); 13,3% não possuíam essa informação.

As disciplinas dessas sabatinas eram de Aritmética, Ciências, Ciências Naturais, Geografia, Geometria, História, História do Brasil, Linguagem e Português. Algumas delas continham atividades de duas ou mais matérias. No tocante aos conteúdos, eles variavam e eram abordados por meio de uma metodologia pergunta-resposta.

Na disciplina de Aritmética, pode-se encontrar problemas matemáticos sobre lucro, dívida e juros, que, em sua maioria, eram resolvidos com contas de adição, subtração, multiplicação e divisão. Expressões numéricas, frações, máximo divisor comum, números primos, números romanos, medidas de capacidade, medidas de comprimento, medidas de superfície, razão e proporção, regra de três e volume também eram conteúdos praticados. Geometria tratava do estudo sobre área e perímetro de formas geométricas, ângulos e linhas.

Em Ciências e Ciências Naturais, prevaleciam os estudos sobre balanças, calor, corpo humano, estado físico dos corpos, gases, gravidade, luz, plantas e termômetros.

Por sua vez, a disciplina de Geografia era responsável por abordar o comércio, a indústria, as linhas divisórias, os limites e os portos do Brasil; assim como as ilhas, os limites, o mapa, a população, os rios e a superfície do Paraná; além disso, também estudava os continentes e os países da América do Sul.

Em relação às disciplinas de História e História do Brasil, elas abordavam o descobrimento da América, as primeiras explorações do Brasil, os jesuítas, os usos e costumes dos indígenas, as expedições dos bandeirantes, a Guerra dos Palmares, a Guerra dos Mascates, a Guerra do Paraguai, a Conspiração Mineira, o Brasil Colônia, o Brasil Império e o Brasil República. Mesmo que divididas, por vezes, a disciplina de História também abordava conteúdos sobre a disciplina de História do Brasil.

Linguagem, presente em apenas uma sabatina, tratou sobre gêneros de nomes próprios, ditado, formação de sentenças, corpo humano e rios do Paraná. Enquanto Português foi responsável por versar sobre adjetivos, advérbios, análise gramatical, classificação de palavras, ditados, formação de sentenças, gêneros de palavras, grupos vocálicos, interjeição, pessoas gramaticais, plural e singular, produção de cartas, pronomes, reprodução de textos, substantivos, tipos de sentenças e verbos; assim como – mesmo que aparentemente fora do conteúdo curricular desta disciplina, como também acontece em Linguagem – animais vertebrados, capital do Brasil, cidades e limites do Paraná, descobrimento do Brasil, forma da Terra, produção de Ribeirão Claro e linhas retas e paralelas.

Nesse contexto, três professoras foram identificadas: Professora 1¹³, presente no ano de 1939, responsável pelas disciplinas de Aritmética, Ciências, Geografia, Geometria, História e Português no 3º ano; Professora 2, identificada em 1939 e 1940, lecionando as matérias de Aritmética, Ciências, Geografia, Geometria, História, História do Brasil e Português no 4º ano; e Professora 3, presente em 1938, ministrando Aritmética presumivelmente no 2º ano. Ainda assim, 31,6% das sabatinas não continham o nome do (a) professor (a).

Quanto aos diretores, também três são mencionados: Diretor 1 (maio de 1939 e maio e outubro de 1940); Diretor 2 (abril, maio, julho, agosto, setembro e outubro de 1939); e Diretora 1 (interina em março de 1940). 55% das sabatinas não têm diretor (a) mencionado.

Em relação à autoria das sabatinas, consta apenas uma aluna no material levantado e, embora existam sete sabatinas as quais não apresentam o nome do (a) aluno (a), provavelmente também foram realizadas pela mesma aluna identificada, devido à semelhança na escrita.

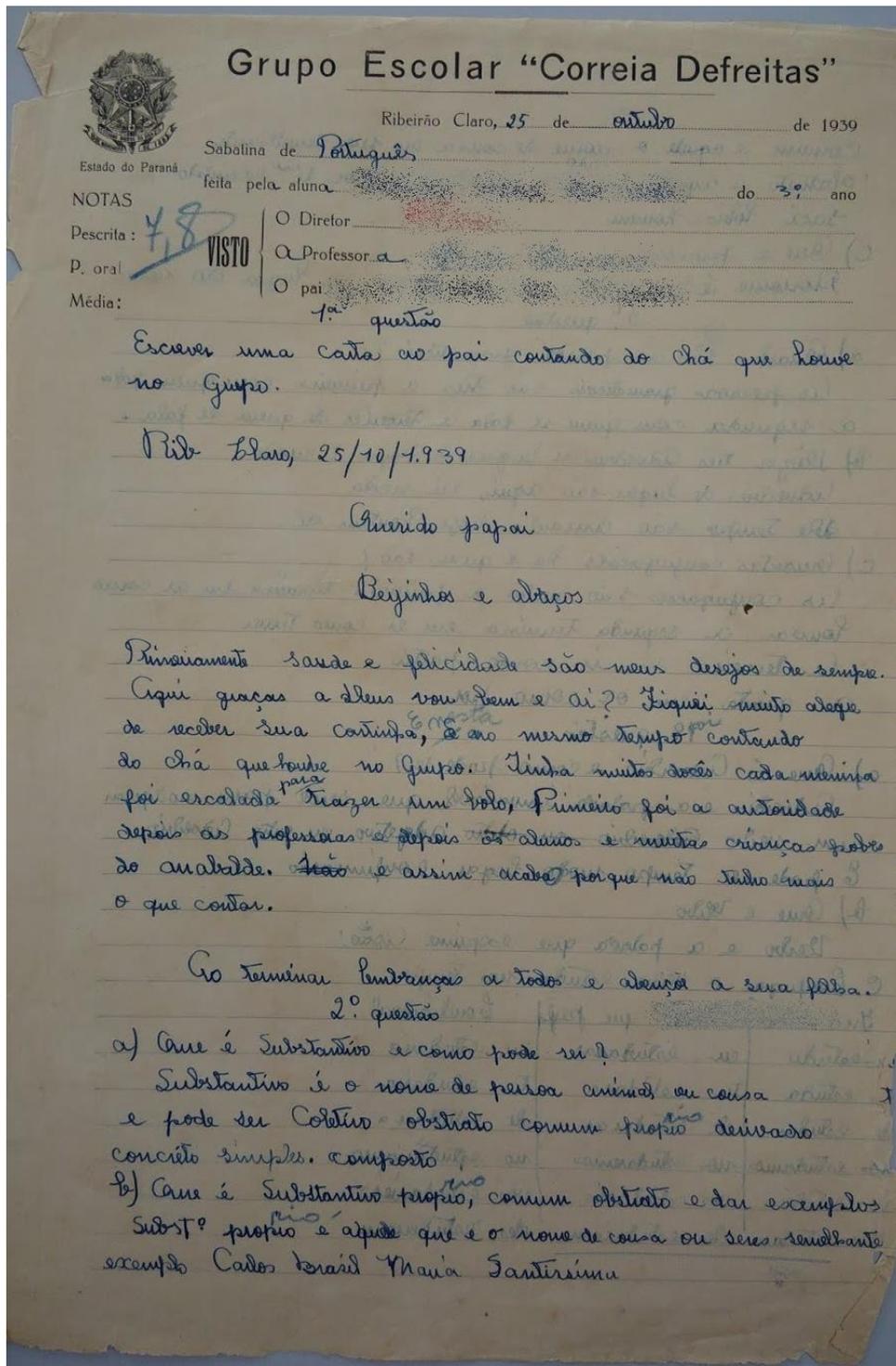
Apenas 6,6% das sabatinas continham a idade da aluna. 38% delas, datadas de 1939, são do 3º ano; 35%, de 1940, são do 4º ano; 20% não apresentam esta informação; e 6,6% constam como do 4º ano, ainda que datadas de 1939. Nesse aspecto, não se encontrou explicação. Uma hipótese é que as folhas do ano anterior tenham sido reaproveitadas, uma vez que a data já vinha impressa e o nome da professora é o mesmo que aparece nas sabatinas do 4º ano. Conforme se pode observar, o 2º, o 3º e o 4º ano correspondiam, respectivamente, aos 8, 9 e 10 anos de idade.

13 Os nomes não são revelados para preservar a identidade dos indivíduos.

O cabeçalho das sabatinas era composto pelo brasão do Paraná, nome da escola, data, disciplina, nome do (a) aluno (a), ano escolar, visto do (a) diretor (a), visto do (a) professor (a) e visto do pai do (a) aluno (a); assim como também continha locais para as notas – prova escrita, prova oral e média. Entretanto, nem todas as sabatinas contavam com esse cabeçalho; em algumas, ele não era preenchido completamente; em outras, ele era feito manualmente de maneira mais simples.

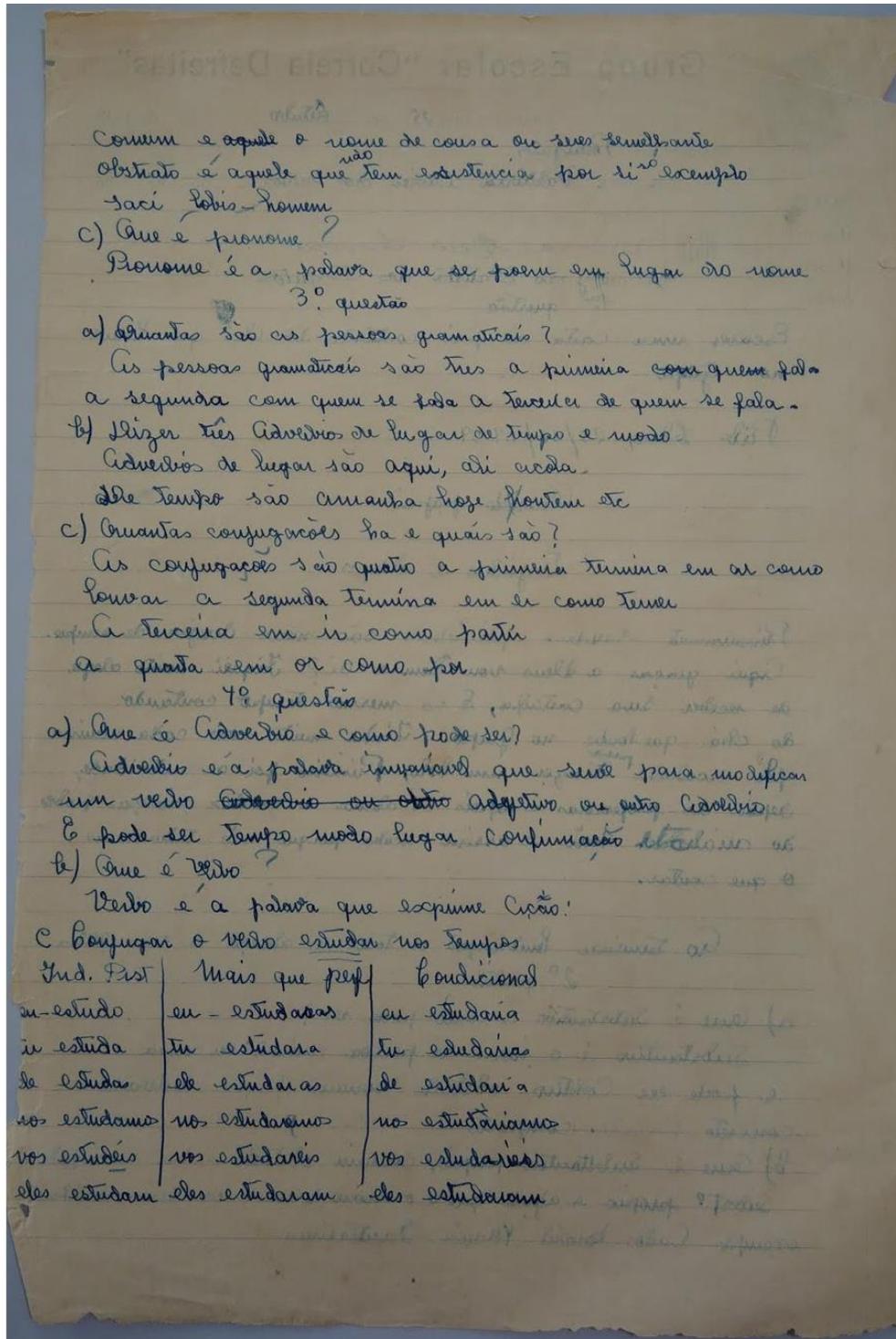
Isto posto, uma das sabatinas analisadas, a qual pode ser observada nas Figura 1 e 2, traz um relato curioso. Da disciplina de Português, a primeira atividade refere-se a escrever uma carta ao pai contando sobre um chá que aconteceu na escola. Diz um trecho da carta escrita pela estudante, em 25 de outubro de 1939: “Tinha muitos docês [sic] cada menina foi escalada para trazer um bolo. Primeiro foi a autoridade depois os professores e depois os alunos e muitas crianças pobres do arrabalde.”

Figura 1 – Sabatina de Português de 1939 (anverso)



Fonte: Lima e Ruckstadter (2017).

Figura 2 – Sabatina de Português de 1939 (verso)



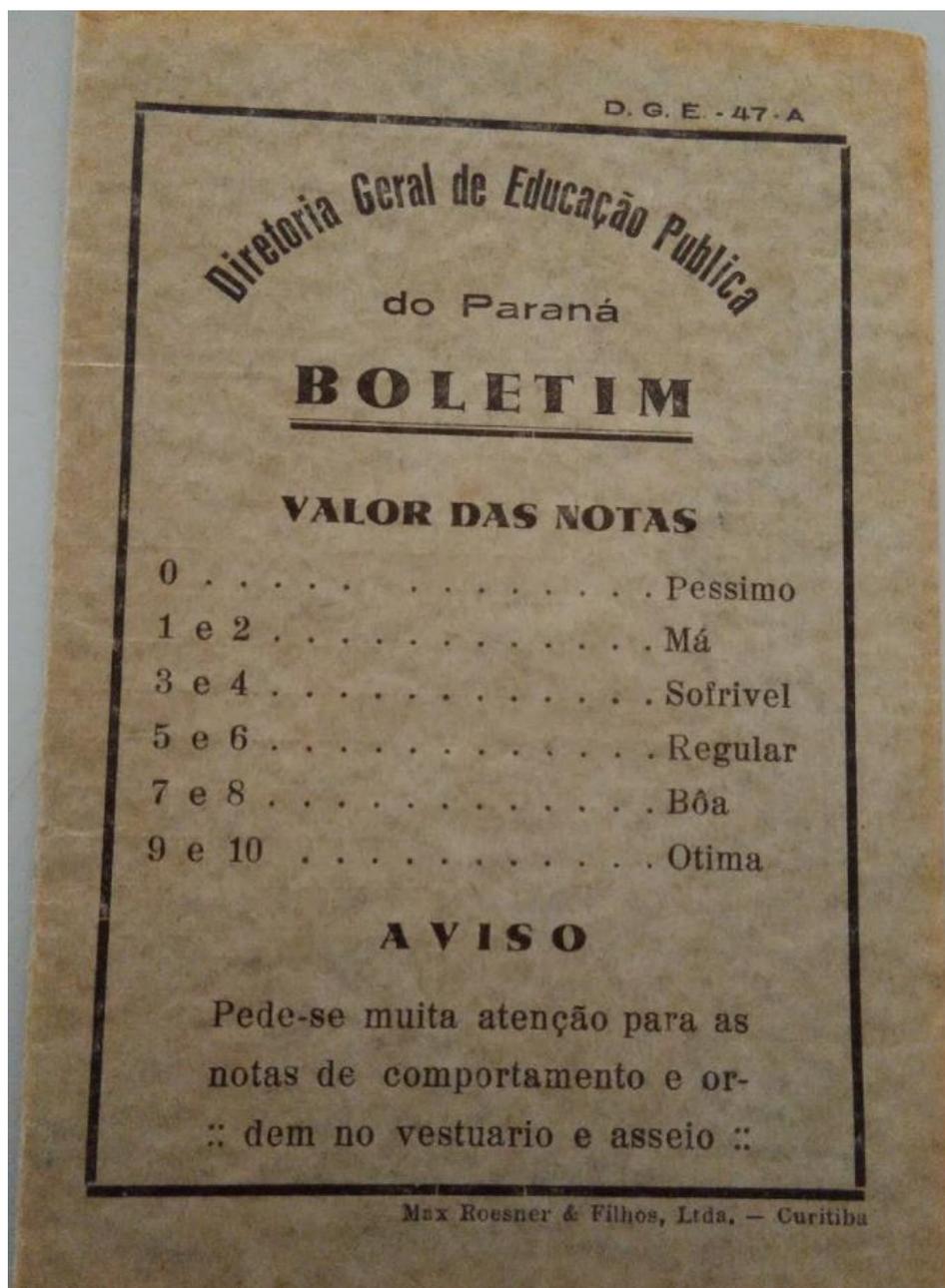
Fonte: Lima e Ruckstadter (2017).

A fala da aluna ao se referir à presença de “muitas crianças pobres do arrabalde” no chá ocorrido na escola, é uma evidência de que a aluna fazia parte de uma família abastada da cidade, confirmando

o acesso ao grupos escolar no recorte delimitado de crianças da área urbana proporcionada pelos grupos escolares.

Ademais, os boletins também confirmam a rígida disciplina exigida dos alunos nos grupos escolares. Foram encontrados dois documentos deste tipo nos arquivos da escola, da mesma estudante; um, de 1939, do 3º ano; o outro, de 1940, do 4º ano. Logo na capa, conforme a Figura 3, encontra-se a descrição das notas entre Péssimo (0) e Ótimo (9 e 10) e a seguinte mensagem: “AVISO – Pede-se muita atenção para as notas de comportamento e ordem no vestuário e asseio.”

Figura 3 – Boletim de 1940 (capa)



Fonte: Lima e Ruckstadter (2017).

Por conter o emblema da Diretoria Geral de Educação Pública do Paraná, pode-se supor que esse modelo de boletim era utilizado por todos os grupos escolares do estado, fornecido pelo referido órgão.

Em seu interior, de acordo com a Figura 4, eram escritos o nome da instituição, a data, o nome do (a) aluno (a) e o ano escolar em que se encontrava. Logo após, as notas e as faltas relativas a cada mês eram registradas. Tais notas se referiam à média do exame, ao comportamento, à aplicação, à ordem e aos comparecimentos; e as faltas eram separadas por faltas justificadas, injustificadas e retiradas. Na frente da relação de notas e faltas de cada mês, havia a assinatura do pai ou tutor. Embaixo, ficavam as assinaturas do (a) diretor (a) e do (a) professor (a).

Figura 4 – Boletim de 1940 (interior)

MESES	Média de exame	Comportamento	Aplicação	Ordem	Comparecimentos	Faltas justificadas	Faltas injustificadas	Retiradas	Assinatura do pai ou tutor
Fevereiro . . .	9,9	10	10	10	19	-	-	-	[redacted]
Março	7,8	10	10	10	23	-	-	-	[redacted]
Abril	7,7	10	10	10	26	-	-	-	[redacted]
Mai	8	10	10	10	26	-	-	-	[redacted]
Junho	8,6	10	10	10	17	-	-	-	[redacted]
Julho									[redacted]
Agosto	8,1	10	10	10	26	-	-	-	[redacted]
Setembro	9,7	10	10	10	22	-	-	-	[redacted]
Outubro	9,8	10	10	10	26	-	-	-	[redacted]
Novembro									[redacted]

O Diretor [redacted] O Professora [redacted]

Fonte: Lima e Ruckstadter (2017).

Na contracapa do boletim, além de um aviso quanto à necessidade de os pais o assinarem e o devolverem, deparamo-nos com outra informação; esta, referente às possibilidades de eliminação de um aluno de acordo com o Regimento Interno da instituição. Conforme se pode observar na Figura 5, havia cinco justificativas para a eliminação de um aluno. São elas: 1) aqueles que fossem retirados

pelos pais ou responsáveis; 2) os declarados inaptos pelos médicos; 3) os que tivessem 40 faltas mesmo que justificadas; 4) os que apresentassem 20 faltas injustificadas; e 5) os incorrigíveis. Neste aspecto, fica clara a rígida obediência requerida em um grupo escolar.

Figura 5 – Boletim de 1940 (contracapa)



Fonte: Lima e Ruckstadter (2017).

Fundado em 1925, no fim da República Velha, o Grupo Escolar de Ribeirão Claro se desenvolveu inicialmente no Estado Getulista, presenciando, na esfera política, desde ações governamentais populistas até práticas ditatoriais; e no campo educacional, a disputa entre os

movimentos escolanovista e católico. Posteriormente, passou pelo predomínio da pedagogia nova na época da República Democrática, até poder testemunhar seu declínio com o advento do Regime Militar. Nesse ínterim, o movimento renovador, ainda que defensor de uma educação pública, única, obrigatória, autônoma, descentralizada, gratuita e laica, não conseguiu realizar todos os seus intentos. A educação progressista, contra a estrutura tradicional do ensino, deveria, na visão dos escolanovistas, funcionar como um processo reformador, onde o interesse e o estímulo dos alunos fossem valorizados; além de ser capaz de superar as desigualdades sociais.

Mais especificamente no Paraná, a pressão popular e o desejo do governo de modernizar a educação acabaram expandindo a criação de escolas primárias. Nesse aspecto, a educação moral para os deveres cívicos predominava, além de haver a valorização da organização e da higiene. Visando formar para a cidadania, tais escolas se preocupavam em organizar a sociedade para a industrialização; entretanto, não se restringia a isso. As instituições escolanovistas deveriam também funcionar como um mecanismo de controle social e promover o nacionalismo.

Assim sendo, em plena mudança da sociedade rural para a urbana foi que os grupos escolares surgiram, satisfazendo tais exigências. Não foi diferente com o Grupo Escolar de Ribeirão Claro – uma instituição tipicamente urbana, responsável por agrupar as escolas isoladas da região. Decorrente da urbanização e da industrialização, e destinado a atender às crianças na cidade, o Grupo Escolar de Ribeirão Claro funcionou em seus primeiros anos, presumivelmente, inicialmente como uma instituição formadora da classe dominante da sociedade, dadas as informações históricas contextuais apresentadas e às evidências reveladas em seus arquivos analisados. O Grupo Escolar de Ribeirão Claro se tornou uma escola prestigiada até aos dias de hoje, atendendo grande parte das crianças ribeirão-clarenses.

Considerações Finais

Este trabalho foi responsável por apresentar o surgimento e o desenvolvimento das pesquisas no campo da história das instituições escolares no Brasil, além de evidenciar o levantamento da produção atual sobre a temática no Paraná. Viu-se que, aparecendo ocasionalmente a partir de 1950 no Brasil, pesquisas sobre o tema tomaram forma na década de 1990 com a consolidação da pós-graduação, crescendo progressivamente nos anos seguintes; no Paraná, até o presente momento, o tema constitui 2,18% da produção acadêmica em universidades com Programa de Pós-graduação

stricto sensu em Educação recomendados pela CAPES, tendo uma ascensão notável a partir de 2010, e um declínio nos anos que se seguiram a 2016.

Após expor os motivos e importância do estudo, o trabalho discorreu acerca de questões teóricas sobre a reconstrução histórica de instituições escolares, conceituando termos específicos e demonstrando fontes e métodos pertinentes a esse campo de pesquisa.

Além disso, ao reconstruir a história do Grupo Escolar de Ribeirão Claro entre os anos de 1932 e 1969, este trabalho revelou as condições sociais, econômicas e políticas particulares dos anos 1932-1960, em nível nacional, estadual, regional e municipal. Salientou a relação entre a pedagogia nova e os acontecimentos históricos que se deram, revelando as causas do surgimento dos grupos escolares no Norte Pioneiro Paranaense: a interiorização da educação escolar pública decorrente dos ideais escolanovistas; a pressão popular; o desejo do governo de modernizar a educação; e os novos núcleos populacionais gerados pela produção cafeeira e pela construção de novas ferrovias.

Posteriormente à apresentação dos dados sobre a implantação do Grupo Escolar de Ribeirão Claro, este trabalho proporcionou o entendimento dos objetivos sociais desta escola, por meio da análise das fontes históricas presentes na Escola Municipal Correia Defreitas, em conjunto com o estudo histórico do período em que foram criadas. Pode-se inferir a partir da análise desse conjunto documental a formação rígida e elitizada oferecida pelos grupos escolares.

Em síntese, o presente trabalho contribuiu para a produção de material histórico educacional do Norte Pioneiro do Paraná, hoje escasso – deixando, ainda, possibilidades de pesquisas futuras conforme delineado a seguir.

O trabalho com o arquivo escolar possibilita a diversificação de fontes, pode colaborar na compreensão de cada uma das disciplinas escolares e na preservação das histórias e memórias de toda a comunidade escolar. Um trabalho de reconstrução histórica de uma instituição escolar, a análise dos conteúdos, metodologias e currículos da escola são essenciais para desvendar seus objetivos sociais; do mesmo modo, a investigação da trajetória dos membros e ex-membros da instituição é responsável por revelar seu sentido social. O presente trabalho contribuiu para revelar os objetivos sociais do Grupo Escolar de Ribeirão Claro entre os anos de 1932 e 1969, possibilitando pesquisas futuras sobre o sentido social desta instituição. Uma análise sobre a trajetória de alunos, docentes e funcionários – atuais e egressos – seria uma possibilidade para dar continuidade na reconstrução história do Grupo Escolar de Ribeirão Claro.

Outra possibilidade de continuidade deste trabalho é a produção de materiais, como livros e videodocumentários com a história da escola, com o objetivo de apresentá-lo posteriormente aos membros desta instituição, de maneira a investigar os resultados reais das pesquisas sobre história

das instituições escolares sobre aqueles que atuam nestas escolas, evidenciado justificativas favoráveis para tais empreendimentos.

Referências

BOAS, Márcia Silva de Melo Villas; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro; ARAUJO, José Carlos Souza. Grupo Escolar 13 de Maio de Uberlândia-MG: desenvolvimento, cidade e poder público. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 1, n. 1, p. 59-85, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.24280/ape.v1i1.74>. Disponível em: <http://ojs.univas.edu.br/index.php/argumentosproeducacao/article/view/74/70>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 10, p. 193-220, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652/20183>. Acesso em: 25 maio 2021.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Constituição Da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **Educativa**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 327-359, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.18224/educ.v18i2.4553>. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/4553/2591>. Acesso em: 23 maio 2021.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

IBGE. Cidades. Ribeirão Claro – Paraná. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ribeirao-claro/panorama>. Acesso em 10 Jun. 2021.

JACAREZINHO. Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho. Parecer nº 126/11. Ato Adm. nº 249/11. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Correia Defreitas – E. I. E. F. Jacarezinho**, 2011.

LIMA, Maria Antonia de; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Fontes para o estudo do Grupo Escolar de Ribeirão Claro (1925) - Catálogo**. Jacarezinho: UENP, 2017. 90 p. (PICV – Programa de Iniciação Científica Voluntária). Projeto concluído. Disponível em: <http://histednopr.blogspot.com/2018/08/fontes-para-o-estudo-do-grupo-escolar.html>. Acesso em: 26 maio 2021.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**: Glossário – Grupos Escolares. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em: https://web.archive.org/web/20181127184604/http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_

%20escolar.htm. Acesso em: 23 maio 2021.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. A Escola Nova no Paraná: avanços e contradições. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 93-100, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/7355/7175>. Acesso em: 23 maio 2021.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 10, p. 75-99, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647/20178>. Acesso em: 25 maio 2021.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SCHRAM, Aline Cristina. Reconstrução histórica das instituições escolares brasileiras: o estado do conhecimento. **Educere Et Educare**, Cascavel, v. 10, n. 19, p. 49-57, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/11687/8485>. Acesso em: 24 maio 2021.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2013.

PARANÁ. Decreto nº 710, de 18 de outubro de 1915. **Código do Ensino do Estado do Paraná**. Curitiba, 1915. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99744/Ano_1915_MFN_1914%5b1%5d.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 maio 2021.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos Avaliados e Reconhecidos do Paraná**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?cdRegiao=4&sgUf=PR>. Acesso em: 24 maio 2021.

POSSE, Zulmara Clara Sauner; CASTRO, Elizabeth Amorim de. **Memória Urbana**. Disponível em: <https://www.memoriaurbana.com.br/arquitetura-escola/036-grupo-escolar-de-ribeirao-claro/>. Acesso em: 24 maio 2021.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Grupos Escolares no Norte Pioneiro do Paraná (1910-1971). **HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 401-419, abr./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v18i2.8652349>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652349/18197>. Acesso em: 24 maio 2021.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Fontes para a história das instituições escolares no Norte Pioneiro do Paraná: reflexões sobre um itinerário de pesquisa. **Educere Et Educare**, Cascavel, v. 10, n. 19, p. 109-117, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/11693/8489>. Acesso em: 24 maio 2021.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Pesquisa com fontes documentais: levantamento, seleção e análise. In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; GONZAGA, Maria Teresa Claro (org.). **Metodologia e técnicas de pesquisa: nas áreas de Ciências Humanas**. Maringá: Eduem, 2011. p. 101-120.

SANFELICE, J. L. História e historiografia de instituições escolares. **HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 35, p. 183-200, 2012. DOI: [10.20396/rho.v9i35.8639622](https://doi.org/10.20396/rho.v9i35.8639622). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639622>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **HISTEDBR On-line**, Campinas, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4913/art5_22e.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* (org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas/SP: Autores Associados/HISTEDBR, 2007. p. 3-27.

SAVIANI, Dermeval. Breves Considerações sobre Fontes para História da Educação. **HISTEDBR On-line**. Campinas, n. especial, ago. 2006, p. 28-35.

SOUZA-CHALоба, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da Educação Brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. 1-24, jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e063>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbhe/v19/2238-0094-rbhe-19-e063.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

TOMAZI, Nelson Dacio. “**Norte do Paraná**”: história e fantasmagorias. 1997. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31883>. Acesso em: 24 maio 2021.

VASCONCELOS, José Ribeiro de. **De repente... Uma saudade de você**: Ribeirão Claro. [s. l.]: [200-?].

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (orgs). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2007. p. 59-71.

VIEIRA, Carlos Eduardo. O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e ideias educativas de Erasmo Pilotto. **Educar**, Curitiba, v. 17, n. 18, p. 53-73, 2001. DOI: <https://www.doi.org/10.1590/0104-4060.234>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32818/20802>. Acesso em: 24 maio 2021.

WACHOWICZ, Ruy. Norte Pioneiro. In: WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. p. 249-264.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 25/06/2021
Aprovado em: 15/03/2022